

CRISE GLOBAL E O NOVO ATAQUE AOS DIREITOS SOCIAIS: a latino-americanização da Europa?

Samuel Costa Filho*

Resumo: Este artigo utiliza a distinção de Milton Santos entre globalização como fábula (palavra) e lógica da globalização perversa (ação) para, assim, analisar os efeitos da crise do capitalismo global na Europa. Objetiva mostrar que o sistema financeiro internacional na crise usa o Fundo Monetário Internacional para continuar o domínio da lógica parasitária financeira, levando a novo ataque aos direitos sociais, ao Estado do Bem-Estar Social, para continuar fazendo dinheiro e obtendo lucros. Todavia, a crise significa que esta etapa do capital encontrou seus limites e iniciou uma crise final desta etapa rentista e parasitária do capital. Infelizmente, essa crise não representa o fim do capitalismo, embora seja um processo de magnitude multidimensional, global, que inclui crise econômica mundial, crise na geopolítica, na área social, na política, militar, crise energética, crise alimentar, ecológica, ética e, ainda, uma crise social.

Palavras Chaves: Neoliberalismo. Crise Global. Estado do Bem-Estar Social.

Abstract: This article uses of the Milton Santos's distinction between globalization as a fable (word) and perverse logic of globalization (action), so as to analyze the effects of the crisis of global capitalism in Europe. Aims to show that the international financial system crisis uses the International Monetary Fund to continue the dominance of parasitic financial logic, leading to a new attack on law social, the Welfare State, to continue making money and making profits. However, the crisis means that this capital's fase found its limits and began a final crisis of this stage of the parasitary and rentier capital. Unfortunately, this crisis is not the end of capitalism, although it is a process of multidimensional magnitude, which includes global economic crisis, crisis in geopolitics, in social area, political, military, energy crisis, food crisis, ecological, ethical, and also a social crisis.

Keywords: Neoliberalism. Global Crisis. Social. Welfare State.

1 Introdução

Na década de 80 do século XX, diante da crise da dívida externa, as populações dos países da América Latina foram vítimas dos programas de austeridade impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo suas economias levadas a um agravamento da recessão, ocorrendo ainda uma piora da crise econômica e regressão do quadro social. O início do século XXI presencia uma crise econômica financeira em nível global no capitalismo, de grandes e graves proporções. Nesta realidade, são as populações dos países da Europa desenvolvida que protestam quanto à utilização em seus países de programas de austeridade do FMI, que são postos em prática tanto pelos governos de esquerda como pelos de direita.

O FMI, que havia participado de maneira inadequada na orientação da política de transição dos antigos países comunistas para economias de mercado, somente voltou à cena econômica mundial durante as crises financeiras do México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil e Argentina. Nessas várias crises dos anos 1990 e, principalmente, na crise dos Tigres Asiáticos, o FMI passou por um verdadeiro vexame por não

antecipar e detectar estas crises. O crescimento mundial do final do século XX e início do século XXI, comandado por um modelo que unia as economias dos Estados Unidos e da China, relegou o FMI a um papel secundário na conjuntura mundial; porém, a crise econômico-financeira mundial revela que a globalização financeira não acabou bem. O capitalismo presencia uma crise em nível global que, apesar de ter sido rapidamente combatida por medidas de intervenção do Estado, evitou uma grande depressão mundial, mas tem levado ao agravamento da situação da dívida de governos, principalmente em diferentes países da Europa, nos chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Espanha e Grécia).

Novamente, o FMI foi chamado para defender os interesses do capital financeiro internacional, aplicando medidas para socializar os custos do fracasso, exigindo austeridade dos governos, transferindo o ônus da crise para a classe trabalhadora, os servidores públicos, os aposentados, e exigindo a redução de direitos sociais da população. As mesmas políticas recomendadas pelo Fundo para os países da América Latina, que sempre se revelaram inapropriadas para promover o

desenvolvimento econômico e solucionar os problemas das dívidas, passaram a ser a norma para os governos na Europa. A agenda dos governos europeus está contaminada de conservadorismo e de falta de solidariedade social e internacional. Diante das graves crises do capitalismo global e dado que o G-20 não procurou viabilizar uma solução estrutural adequada, a política do FMI nos países da Europa acarretará novas crises e recuo de direitos e de políticas sociais criadas no *Welfare State*, e segue na linha de latino-americanização da Europa.

Desse modo, o presente trabalho objetiva ressaltar que o caminho conservador seguido pelos países europeus, adotando políticas do FMI, significa um retrocesso no avanço dos direitos sociais, um ataque ao Estado do Bem-Estar Social, relegando a questão social para segundo plano. Neste sentido, além desta introdução, o item seguinte apresenta uma abordagem crítica da diferença entre o uso da “palavra” e “ação” nesse processo de globalização. No ponto seguinte, trata da lógica do desenvolvimento do capital financeiro especulativo nesta fase do capitalismo. Em seguida, aborda as políticas do FMI nos países da Europa, com ataque aos direitos sociais e transformando os países europeus desenvolvidos em repúblicas sem autonomia de decisão; trata da busca de um sentido, ressaltando a necessidade de sistema alternativo de ideias em favor dos direitos sociais, da liberdade, da felicidade, da vida; e, por fim, a conclusão.

2 A diferença entre o uso da palavra e a ação: uma visão crítica da história da globalização

A globalização foi divulgada pela corrente hegemônica por meio de uma propaganda de “encantamento do mundo”, disseminado um discurso e uma retórica de harmonia, sucesso e prosperidade para os países que aderissem incondicionalmente a este processo. Essa retórica acarretou um movimento de alienação e adesão irrestrita de diversos governos a esse processo, alicerçado na linha de pensamento neoliberal e de supremacia de mercado. O FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) desempenharam papel decisivo na propagação dessa ideologia da globalização que representava o interesse de um número reduzido de atores na cena internacional, no campo da produção, das finanças, do consumo, da informação.

Foi na década de 1990 que o FMI, o Banco

Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos idealizaram o Consenso de Washington como receituário de políticas adequadas para os países emergentes para alavancar o seu processo de desenvolvimento. Essas medidas, classificadas como “adequadas” e que a mídia brasileira classificou como “dever de casa”, deveriam estar apoiadas nos pilares da austeridade fiscal, privatização, liberalização do mercado de capitais e do comércio.

Esse processo de globalização representa o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista e cria um novo processo de anexação das economias subdesenvolvidas pelo grande capital dos principais países do capitalismo mundial. Held e McGrew (2001), estudando este momento histórico, afirmam existir duas correntes: a dos **globalistas**, para os quais a globalização é um acontecimento histórico real e significativo, e a corrente dos **céticos**, que defende o caráter ideológico e mítico do fenômeno chamado globalização. Nesta mesma perspectiva, Lima Filho (2004) constata existir os **entusiastas**, que argumentam ser a globalização um fenômeno resultante das intensas transformações científicas e tecnológicas, do fim da guerra fria, da liberdade de capitais, de bens e serviços, de uma sociedade pós-industrial, do fim da história, e a corrente dos **críticos**, composta por estudiosos que percebem que este é um processo de expansão que ocorre nos marcos do capitalismo; portanto, uma falsa novidade.

A crise do capitalismo global que eclodiu em fins de 2008, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA), em diversos países da Europa e no Japão, põe à mostra a fraqueza do processo de globalização, de dominância financeira, e deve levar, em longo prazo, ao descrédito das políticas e do discurso liberal dominante. Esse processo, que foi imposto de cima para baixo, a partir dos países da tríade EUA-Europa-Japão, representa a luta em nível mundial das diversas frações de capital internacional hegemônicas, procurando ampliar sua área de influência, de domínio e de sua hegemonia econômica e política em nível global.

Milton Santos (2000), ao estudar o processo de globalização, constata a diferença existente entre o uso da **palavra** e da **ação**. Esta realidade é apresentada como uma fábula (o uso da palavra), mas se trata de uma globalização perversa (o efeito da sua ação) que, ao encontrar os seus limites, possibilitará uma transformação em defesa de outra

globalização humana e social. Conforme Santos não é a palavra, a ideologia da harmonia e igualdade, mas a ação de uma globalização perversa que domina o cenário mundial. A ideologia liberal do pensamento único criou as condições de alienação e adesão irrestrita a este processo, principalmente nos países em desenvolvimento da América Latina, que somente elevou e agravou o seu grau de heterogeneidade, de dependência e de subordinação ao capital internacional.

O uso da “palavra”, a visão dominante, tentou impor uma ideia de uma globalização identificada como uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo, em que a dinâmica do grande capital não necessita mais do apoio dos seus Estados nacionais, passando, este capital, a ter a natureza global e, conseqüentemente, levando ao enfraquecimento generalizado desses Estados nacionais, o que criava a necessidade de se construir uma nova estrutura de poder mundial supranacional. Ainda, segundo a “palavra” e o discurso liberal, nessa nova realidade passou a ocorrer a “mundialização da cultura”, a construção de valores e de identidades globais que suplantam os valores e as identidades nacionais e locais, formando uma nova “sociedade civil global” - independentemente dos marcos nacionais - que, cada vez mais, deverá encaminhar as suas reivindicações diretamente aos organismos internacionais

Finalmente, o discurso - a fábula ou o uso da palavra - afirmava que os Estados nacionais, ao utilizarem uma agenda única de ajuste macroeconômico e uniformização institucional-regulatória orientada para a integração plena dos fluxos de recursos financeiros, de investimento e de comércio mundial, levariam inexoravelmente à homogeneização e harmonia das economias e sociedades do planeta. Entretanto, Milton Santos (2000) percebe o que o discurso de globalização representa: uma fábula, com a construção de mitos; um discurso que se apresenta como uma fantasia; uma ideologia que tenta encobrir a ação, ou seja, o domínio de uma lógica de globalização perversa fundada na tirania do dinheiro e da informação, na luta por competitividade.

A ação perversa da globalização está apoiada no sentido da **competitividade** e da **eficiência** que provocam uma guerra sem fronteira de todos contra todos, disseminando uma confusão nos espíritos e propagando a violência estrutural, acarretando o recuo e abandono das medidas e

das políticas sociais realizadas pelo Estado. Trata-se de um processo que estimula o egoísmo, o individualismo e o consumismo, o abandono da noção de generosidade e de humanização. O mundo das finanças se apodera do Estado, da dinâmica da economia mundial, levando, cada vez mais, ao domínio da racionalidade e da dinâmica da economia mundial a ser comandada pelas grandes empresas e pelo grande capital financeiro internacional. Eis, pois, a **ação**.

A ação perversa, nessa globalização, impulsiona uma política de encolhimento das funções do Estado, leva ao retrocesso quanto à noção de bem público e ao abandono da noção e da questão da solidariedade e da generosidade pessoal e universal. A ação estimula alastrando e aprofundando as mazelas espirituais e morais, com o crescimento do egoísmo, do cinismo e da corrupção, exacerbando o imediatismo, o culto ao consumo, ao desperdício, os excessos do consumismo de coisas inúteis, do narcisismo, com um processo de crescimento da ética pragmática individualista, tendo o dinheiro e o consumo como os objetivos reguladores da vida. A pobreza é abandonada à sua própria sorte e tratada como fenômeno banal, natural e inevitável. Esta questão da pobreza passa a não ser mais apenas uma questão de especificidade histórica de cada realidade de capitalismo nacional, estando presente em toda parte do mundo - sendo estrutural e ficando o poder público desobrigado da tarefa de proteção social.

Petrella (1997) afirma que o processo de globalização liberal implica na aceitação das “novas tábuas da lei de Deus”; leis mais rigorosas do que a colocada pela civilização cristã; leis que consagram uma nova aliança entre o mercado e o conjunto da humanidade, dominando, como lei geral, a vida social e tendo na regra da competitividade o guia humano e para a sociedade. O ser humano deve a ela se adaptar por toda a eternidade; e essas regras não aceitam desobediência e contestação, tendo os indivíduos, empresas e países, como única alternativa, a liberdade de submeter-se ao mercado. Em caso de recusa, de cair na tentação da desobediência, quem ousar, não terá perdão; será simplesmente eliminado do mercado - do mercado de trabalho, do mercado de bens, do mercado de capitais, do mercado mundial etc. Trata-se na verdade de uma fábrica de perversidade.

Em sua análise sobre o processo de

globalização, Milton Santos (2000) revela que a ação apresenta diversos traços e aspectos que dominam o mundo dessa globalização perversa:

- a) um denso sistema ideológico que envolve, orienta e sustenta as ações para que os indivíduos não entendam a evidência dos fatos, com a técnica da informação sendo utilizada pelo Estado e pelas empresas para atender a objetivos particulares, manipulando a informação e impedindo a descoberta da verdade, e para que as pessoas não passem a ter atitude e visão crítica;
- b) ocorre uma adaptação dos comportamentos locais aos interesses globais, com o Estado favorecendo aos atores hegemônicos e prevalecendo os interesses corporativos sobre os interesses públicos, sem qualquer compromisso com a sociedade local;
- c) aumenta o repúdio às ideias, às práticas, à defesa da questão social e cresce o apoio contra as medidas de políticas públicas e de defesa dos direitos da classe trabalhadora e dos membros da sociedade;
- d) ocorre a criação de uma nova hierarquia nos gastos público, empresarial e privado engajados na defesa dos interesses da financeirização da economia, sendo, nessa linha, a busca do interesse social e a defesa dos mais necessitados uma prática de cunho de solidariedade, assistencialista, política para o terceiro setor;
- e) este modo de vida não beneficia e nem interessa à maioria da humanidade, mas cria uma orgia de consumo de coisas e necessidades supérfluas que impõem relações e governam as pessoas, produzindo e recriando carências e escassez, num processo de recriação de necessidades infinitas;
- f) trata-se de necessidades fabricadas e impostas por meio da publicidade e do consumo conspícuo de coisas e necessidades que passam a nos governar, criando desejos insatisfeitos, passando o consumo e o conforto material a ser o principal motor da vida, sem a verdadeira tomada de consciência deste estado de coisas;
- g) este mundo globalizado produz uma racionalidade comandada pelos grandes negócios, cada vez mais concentrado e centralizado em poucas empresas e pessoas, que aumenta o grau de dependência dos países subdesenvolvidos, levando a um processo predominante de subordinação, obediência e conformismo dos países capitalistas;
- h) as instituições públicas nacionais passam a ficar frequentemente mais dóceis e subservientes,

deixando de lado os interesses próprios de cada nação e abandonando qualquer alternativa de projeto nacional; e

i) as burguesias dos países emergentes continuam a aceitar, pregam e conduzem uma modernização ajustada aos interesses do capital financeiro internacional, de cima para baixo, conduzida pelas burguesias internacionais e pelas burguesias nacionais associadas.

3 Lógica do capitalismo especulativo, parasitário, rentista

A lógica do capitalismo se reduz e se transforma nesse capitalismo globalizado. A dominância do circuito D - M - D' passa a ser influenciado em maior peso pela busca da liquidez, pelo aspecto financeiro, com o circuito predominantemente se restringindo à dinâmica D - D' - típico do capital financeiro, portador de juros, o do capital fictício. Esse circuito de valorização financeira (D - D') supera a lógica do circuito real da economia (D - M - D') e reduz as oportunidades de valorização produtiva. Configura assim um novo regime de acumulação mundial que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominantemente **rentista e parasitário** subordinado às necessidades do capital-dinheiro.

Nesse processo de globalização, a dinâmica do capital produtivo é suplantada pelo capital especulativo, parasitário e financeiro. O capital fictício sob a forma de ações, títulos da dívida pública e dívida privada, mera e pura transações de papéis, passa a dominar a cena, sendo transacionados com grande flexibilidade e facilidade, por meio de práticas especulativas. Ocorre uma diversificação de investimentos, quer seja no mercado de ouro, de *commodities*, em imóveis, em ações, por meio de práticas de derivativos e securitização, sem a adequada regulamentação. A atividade financeira passa a ser a atividade preferida do grande capital, elevando a especulação a um nível que acarreta a formação de bolhas, que tende a provocar grandes colapsos financeiros (CARCANHOLO; NAKATANI, 2002).

O capital a crédito, que tinha o objetivo de financiar a atividade capitalista na formação da riqueza real, nos processos de produção e de circulação dessa riqueza (produtos e serviços), em virtude da ilusão do capital a juros, o "capital ilusório", cria o "capital fictício", que representa o direito de remuneração em atividades de comercialização de um título, ou seja, na sua

venda, que, com esse processo, não contribui para financiar o capital (produtivo ou comercial). Este capital fictício não apresenta e nem possui nenhuma substância real por trás dele. Este fato se torna possível em virtude de na economia capitalista existir o trabalho produtivo real, que gera riqueza na forma material e nos serviços, que, acumulado, transforma-se em mais capital. Todavia, existe um trabalho útil, porém improdutivo, que faz parte da atividade capitalista, seja capital improdutivo, não criando riqueza, representando mera transferência de riqueza entre os indivíduos e as empresas (CARCANHOLO; SABADINI, 2009).

A dominância do capital financeiro expande o capital fictício, faz a economia descolar a relação entre o âmbito produtivo e financeiro. O lucro fictício apresenta a ilusão de realização fácil e garantida. A expectativa de realização individual (sua compra e venda) mantém a crença e as expectativas que podem ser tornadas reais na sua totalidade em qualquer momento (ocorre que nunca **todos** podem vender imediatamente suas ações na bolsa). Esta impossibilidade de tornar real a totalidade dos lucros fictícios não é colocada no discurso dos economistas ortodoxos, dada sua concepção positivista e metafísica de aceitar que a atividade financeira, por ser atividade geradora de lucro, atua como “capital”, ou seja, é atividade produtiva.

Esta dinâmica financeira rentista difundiu a crença na globalização harmônica, encobrendo o processo de ampliação da concorrência em nível mundial, da procura de ampliar e ganhar mercados pelo grande capital internacional, com a integração econômica. A agenda neoliberal foi usada como “palavra”, nesse processo, com o objetivo e como arcabouço de políticas orientadas para eliminar as políticas nacionais alternativas e atacar o Estado do Bem-Estar Social, objetivando reduzir os direitos sociais, desprestigiar o papel do Estado, promover a desintegração das organizações operárias e despolitizar a sociedade. No discurso e na “palavra” dominam o esforço para difundir o ponto de vista de superação do imperialismo, as ideologias e as políticas de origem e de dominação dos países centrais. Assim, a globalização foi difundida como regida por leis diferentes daquelas que regulavam o capitalismo; sendo que na “ação” o atual estágio representa um processo histórico de expansão do capital.

A crise global do sistema capitalista representa o início do colapso dessa etapa especulativa,

parasitária, rentista do capitalismo. Não decorre de uma questão de falta de regulação e de permissividade das políticas dos governos, como afirmam os economistas keynesianos. A crise é própria das contradições do sistema capitalista financeiro, que gerou um descolamento entre as órbitas da produção e da apropriação de riqueza, com o lado real não podendo gerar o excedente necessário para atender ao conjunto do capital financeiro e do capital produtivo (CARCANHOLO, 2011).

Na realidade, trata-se de uma **grande crise** do capital especulativo e parasitário desse sistema rentista, do capital fictício, onde mais uma vez se constata que o capitalismo apresenta a característica de ser inerentemente instável, apresentando crises periódicas e causando muita desolação, tristeza e dor para a maioria da população do globo no seu processo de ajuste de contas, como pode ser constatado pelo elevado desemprego nos EUA e pelos efeitos das políticas do FMI adotadas pela Grécia, Irlanda e Portugal, e já antecipada pela Espanha, em um processo de latino-americanização de democracias da Europa.

4 A crise global e o novo ataque aos direitos sociais

O domínio do capital financeiro levou a um incremento descontrolado do endividamento público e privado (hipotecário, corporativo, crédito, consumo) que, por sua vez, levou a uma crise creditícia e hipotecária dos principais bancos dos EUA e europeus, espalhando-se por todo o mundo capitalista, obrigando os bancos centrais a resgatar os bancos e as empresas falidas. Assim, os Estados assumiram dívidas volumosas, a tal ponto que levou à falência diferentes governos em países da Europa, principalmente nos PIIGS, que foram obrigados, via mercado, a aceitarem o “socorro” do FMI, e com políticas econômicas de austeridade.

As décadas de supremacia do neoliberalismo elevaram a desigualdade e destruíram até a economia americana. Em muitos países europeus, os banqueiros e a mídia financeira exigem que seus governos sacrifiquem a economia e o bem-estar de sua população para pagar a dívida, implementando políticas de “eficácia” duvidosa do FMI - uma política de austeridade que promete levar a recuperação dessas economias, mas com o sacrifício e à custa das necessidades de seu povo. Os grandes bancos que tiveram comportamento irresponsável e fraudulento foram poupados da

bancarrota. Os grandes bancos, ao possuir enorme poder, não poderiam ser abandonados à própria sorte, ou seja, como se diz no jargão da ortodoxia, eram empresas grandes demais para que pudessem quebrar.

Trilhões de dólares foram usados para salvar, fundamentalmente, o sistema financeiro, os maiores especuladores mundiais, mas deixou-se que as empresas pequenas querrassem, que a classe trabalhadora perdesse seus empregos e provocou enormes dívidas governamentais. Ocorre que essas políticas dos governos encorajaram o sistema bancário a continuar o seu jogo especulativo, com as mesmas práticas que determinavam a lucratividade dos bancos, estimulando o sistema financeiro internacional a continuar correndo ainda maiores riscos, e atacando os governos que haviam acabado de salvá-los da bancarrota.

Os governos preferiram aplicar medidas de cortes no orçamento público na área de educação, assistência social, assistência à saúde, em infraestrutura social básica, apoiados na ideia de que a política de austeridade vai trazer junto a prosperidade econômica aos países da Europa, embora o quadro econômico e social europeu tenda a se agravar, semelhante à América Latina nos anos 1980 e à Ásia nos anos 1990, quando das experiências do FMI nessas regiões (HUDSON; SOMMERS, 2011).

A crise global confirma a velha afirmação de Marx (2008) de que a história se repete duas vezes: a primeira, como tragédia; a segunda, como farsa. A história econômica da crise do modelo liberal de 1929 terminou com a tragédia do fascismo e da Segunda Guerra Mundial. A crise econômico-financeira neoliberal revela a farsa e o embuste que foi o período, que criou uma fábula para explicar e defender um processo de globalização perverso.

Na denominada “época de ouro do capitalismo”, entre 1945 e 1970, em diferentes países da Europa construíram o chamado Estado do Bem-Estar Social, devido, no momento histórico, à dominação capitalista necessitar do apoio da classe trabalhadora para, simultaneamente, afastar a ameaça de revoluções comunistas e para conseguir a colaboração e cooptação dos trabalhadores. Na crise do capital financeiro na Europa, está-se aplicando políticas conservadoras e o Estado deu prioridade à aplicação de medidas que obrigavam um retrocesso social, iniciando a eliminação dos direitos sociais e das conquistas trabalhistas

conseguidas pós-Segunda Guerra Mundial. O capital retornou à antiga política de exploração de classe típica do século XIX (SANTOS, B., 2010).

O vexame dessa crise obrigou à criação de uma nova visão ideológica da causa, do funcionamento e da dinâmica dessa crise da sociedade capitalista. Conforme se pode perceber em Boaventura Santos (2010), essa nova **palavra** vem sendo usada como um novo engodo, um **senso comum** para explicar o retumbante fracasso do capital financeiro e do capitalismo neoliberal. Segundo esse novo discurso do mercado, a crise é consequência de um período de esbanjamento da sociedade que estava vivendo acima das suas possibilidades. Tratava-se de um período de bonança insustentável para as possibilidades da economia. Devido a esta justificativa, a crise financeira mundial revela que a população dos países dos PIIGS terá que pagar a conta pelo esbanjamento anteriormente realizado pelo povo e pelo Estado, e os cidadãos devem aguentar os remédios amargos que foram indicados pelo FMI.

O discurso em defesa do capital financeiro tem sido repetido e difundido pelas principais agências financeiras internacionais e até pela grande maioria dos governos dos países desenvolvidos, que a cada dia estão mais conservadores. Estes estão a apresentar a crise financeira como uma farra de consumo, do fim de um período de bonança e bem-estar vivido pela sociedade, pelas empresas e pelo próprio Estado. Assim, o Estado assumiu seu papel histórico, aplicando a política de socialização dos prejuízos, ficando com as dívidas privadas, e os grandes credores não arcando com qualquer prejuízo. Na “palavra” reaparece um Estado ineficiente e perdulário que, para arcar com seus compromissos de classe e salvar o capital financeiro, tem que cortar os gastos sociais e reduzir os serviços, despedir funcionários públicos, diminuir salários, privatizar estradas, ferrovias, aeroportos, empresas públicas e até loterias.

Assim, a Europa, diante da crise financeira, apresentou a resposta mais conservadora, burocrática e retrógrada possível à crise global, esta é a “ação” retrógrada. A “resposta” da União Europeia (UE) sempre foi a pior possível. Comandados pela Alemanha, apoiam-se na ideia de que os Estados devem responder a esta crise do sistema financeiro cortando despesas, diminuindo direitos sociais e reduzindo os serviços públicos, de modo a permitir o pagamento e a remuneração dos credores do Estado, semelhante à América Latina nos anos 1980.

O problema da Irlanda não foi criado por gasto público irresponsável e não é apenas a crise das políticas neoliberais; é uma crise da globalização financeira, que antes era apresentada como fábula, um ufanismo, com um processo de globalização que desenvolvia necessariamente a solidariedade. Todavia, a “ação” demonstra como o melhor aluno europeu, sempre aplicando as políticas neoliberais, apresentando inclusive superávits fiscais nos cinco anos anteriores à crise do capital financeiro, foi à bancarrota quando a crise dos bancos privados explodiu e levou seus bancos à falência. O Estado irlandês tentou salvar o capital rentista e atuou na linha recomendada pelos economistas de mercado e, ainda assim, foi penalizado. A resposta da Grécia não salvou os outros PIIGS do saque realizado pelos piratas do capital financeiro.

Na Grécia, a precariedade das contas públicas foi relizada por um governo de direita e contou com auxílio do Goldman Sachs nesse processo de formação do caos vivido pelo povo grego. Assim, as nações do PIIGS estão em dificuldades por razões muito além do *deficit* do governo. A fase de financeirização da economia levou ao endividamento das empresas e das famílias, aprofundando a perda de competitividade dos PIIGS, em relação aos países da Europa Oriental, em decorrência dos baixos salários dos últimos; levou os bancos a ficarem quebrados; elevou a necessidade de manter serviços sociais e pagamento dos auxílios-desemprego em meio à queda de receita devido à crise financeira desde 2008.

Nesse quadro, os países do PIIGS estão sendo ainda obrigados a pagar juros punitivos para satisfazer e atender ao interesse do sistema financeiro da Alemanha, cortando gastos sociais e piorando o quadro de endividamento e recessão. Os bancos que foram resgatados com o dinheiro dos impostos arrecadados de todos os contribuintes europeus agora exigem que esses mesmos cidadãos contribuam, ainda mais, para a elevação de seus lucros financeiros e salvar seus governos aceitando medidas que significam perda dos direitos sociais de lutas históricas e de difícil conquista da classe trabalhadora e do povo - criaram novas “palavras” para encobrir a perversidade das “ações”. A verdade é encoberta. Nos países onde a crise é mais grave, os cidadãos estão sendo enganados pelas ideias de austeridade e de sacrifícios compartilhados. Criou-se uma mentira que encobre que a crise é do

capitalismo na etapa do capital financeiro desregulado que se deu bem e viveu acima do limite e esbanjou - que no período de bonança aparecia extremamente lucrativo. Na crise, o sistema financeiro é poderoso e forte demais e, não podendo ser abandonado e quebrar, exige o avanço na dissolução do Estado do Bem-Estar Social e o esvaziamento das funções do Estado.

Os pacotes de ajuda via Estado não procuraram mudar nada na dinâmica da economia financeira mundial e levaram a UE a um contágio que atingiu os PIIGS. Todavia, ao aceitar as regras impostas pelos piratas das finanças, a UE provocou mais crise, manutenção da queda no nível de crescimento e no emprego e não conteve o contágio. À quebra da Irlanda, seguiram-se as da Grécia e de Portugal e será acompanhada em breve pela da Espanha e Itália. A própria Inglaterra não pode dormir tranquila. O Estado, a quem, pretensamente, caberia e deveria, no mínimo, domesticar os mercados financeiros, criando regulamentação adequada, continuou na sua missão de subserviência ao capital financeiro, não produziu reformas significativas e, como consequência, muitos dos governos que salvaram o pescoço dos mercados financeiros mundiais estão sendo intimidados por estes mesmos mercados, via dívidas públicas que foram criadas para salvar os lucros desse capital financeiro.

Diferentemente das palavras, da fantasia de harmonia, a ação mostra uma falta de solidariedade internacional, um egoísmo social, até a diminuição da solidariedade entre parte de um mesmo país tem-se desenvolvido na Europa. Está abalada a defesa dos valores que historicamente fizeram parte dos povos europeus, como a noção de liberdade, igualdade, tolerância, fraternidade. Este fato aponta para a dificuldade de manter o Estado do Bem-Estar Social e os direitos dos cidadãos duramente conquistados, se vencerem a linha conservadora de latino-americanização da Europa, que acaba minando o Estado do Bem-Estar Social, e caminha para destruir a UE.

5 A busca de um sentido: a defesa da questão social e da construção de um sistema alternativo (a ideia de vida)

Urge a dissolução dessa ideologia, uma tomada de consciência, uma visão crítica sobre este processo de globalização que serve de alicerce às ações hegemônicas do capital financeiro internacional, das grandes empresas, dos Estados

do mundo desenvolvido, com apoio das principais instituições internacionais, impostas de cima para baixo, em detrimento da humanidade, da liberdade, da igualdade e da felicidade. Deve-se resgatar a ideia de utopia, o reino das possibilidades, o reino da vontade na perspectiva de construção de um futuro diferente sem a centralidade do consumo ostensivo e da ideologia do discurso pós-moderno, que constrói símbolos e propaganda ostensiva, ideologia com objetivo e discurso.

O FMI, que impôs à Grécia uma agenda ortodoxa de austeridade desleal e injusta, já fracassou em recuperar a economia, agravando a questão financeira do Estado. Mesmo assim, já inicia uma segunda fase de martírio grego, adentrando com políticas de privatização que objetivam a partilha do patrimônio público do povo grego - processo de privatização das empresas públicas, que inclui rodovia, aeroportos, ferrovias e até loterias para cumprir novas exigências e medidas de austeridade do Fundo. Na Grécia, os salários dos trabalhadores caem, as escolas e hospitais estão sendo fechados, professores e médicos perdem seus empregos, jornalistas são censurados, os sindicalistas perseguidos, os demitidos não recebem indenização ou aceitam cortes de salário, a polícia reprime os protestos dos cidadãos, os sem-teto vasculham os caixotes do lixo à procura de alimento. Os trabalhadores não podem fazer greve, não podem se organizar de forma coletiva, as férias foram cortadas e adoecer é um risco demasiado grande, tudo semelhante ao ocorrido nos países da América Latina na década de 80 do século XX (KOUKI, 2011).

Na Irlanda, após o fracasso do neoliberalismo, ocorreu também a implementação de medidas de austeridade terríveis no plano social. O governo irlandês e o FMI infligiram à população um programa de ajuste estrutural assentado em medidas impostas há três décadas aos países subdesenvolvidos e da América Latina. Dentre as medidas adotadas, ocorreu a eliminação de 24.750 postos de trabalho de funcionários públicos, os novos contratos de trabalho passaram a ser feitos com o pagamento de 10% a menos do que os anteriores à crise, ocorreu uma redução das transferências sociais e a diminuição das ajudas ao desemprego e às famílias carentes, sem contar a redução no orçamento de saúde e congelamento das pensões (TOUSSAINT, 2011).

Em Portugal, a consciência crítica já fez Boaventura Santos (2011) alertar que a receita do

FMI irá privatizar o que resta do setor empresarial e financeiro do Estado, propor medidas de precarização do trabalho, cortes nos gastos, nos serviços e nos subsídios do setor públicos, cortes nas pensões e nos salários, causando e aprofundando a crise portuguesa, como aconteceu na Ásia Oriental e na América Latina. Recentemente, milhares de pessoas na Espanha intensificaram protestos contra a situação econômica do país e estão procurando evitar destino similar aos de Portugal, Grécia e Irlanda, que tiveram que recorrer ao auxílio da UE e do FMI aceitando medidas de austeridade que agravam o quadro econômico e social. Nessa realidade, os partidos de direita iludem o povo, apresentando à nação, como inimigos, os imigrantes, os árabes, os excluídos, os direitos sociais etc., difundindo a xenofobia. Como nos países da América Latina, a adoção das medidas do FMI pelos países da Europa somente tem servido para agravar a heterogeneidade, a dependência e a subordinação dos países do PIIGS ao capital financeiro internacional. Governos supostamente progressistas, usando plataformas conservadoras, têm sido a norma na Europa.

Para Beinstein (2011), esta crise representa ao mesmo tempo o início do declínio desse sistema; e a propalada recuperação econômica que a mídia divulga representa apenas um alívio passageiro. Beinstein afirma ainda existir uma multiplicidade de crises, como a crise financeira, a crise produtiva, a crise alimentar, a crise energética, a crise ambiental e a crise do complexo militar do império americano. Neste mesmo sentido de crise global, Dierckxsens et al. (2010) defendem a tese de que a crise iniciada em 2008 representa uma "crise da civilização" capitalista, uma crise extensa, profunda multidimensional, de alcance global, que inclui uma grande crise mundial econômica, geopolítica, social, política, militar, energética, alimentar, ecológica, ética e social.

Os avanços da civilização europeia e a sua integração baseada em um sistema de liberdade, paz, democracia e justiça social, com valores que reafirmem a fraternidade, a harmonia, a vida e a ética solidária, devem ser resgatados. A defesa da heterogeneidade das identidades entre continentes, entre os países, os povos, as culturas, os setores sociais, étnicos, regionais, todo tipo de diferenciação, deve ser preservada. A defesa da legalidade, da maioria, da democracia e da igualdade deve ser o objetivo do processo de recuperação da economia e da sociedade europeia.

Este deve ser o paradigma a guiar os demais povos do planeta.

6 Conclusão

A crise do capitalista, infelizmente, não significa o início da derrocada deste sistema; apenas representa o início do fim da fase especulativa parasitária rentista. Esta atual crise, que não é a primeira e nem será a última, revela-se uma grande crise do capital especulativo e de sua lógica fictícia e rentista. Novamente, constata-se que o capitalismo apresenta a característica de ser inerentemente instável, apresentando crises periódicas; e, após essas crises, o capitalismo deve ressurgir mais vigoroso, mais dinâmico e mais pujante que antes. Assim, infelizmente, a crise não levará ao fim do sistema capitalista. Todavia, para sua recuperação, irá cobrar e custar muita desolação, tristeza e dor para a maioria da população do globo.

O domínio dos valores éticos, culturais e ideológicos da racionalidade neoliberal e o domínio do capital rentista estão levando a Europa a políticas conservadoras que fracassaram na América Latina e na Ásia. Avanços na integração europeia exigem que se abandone a opção ortodoxa do FMI e que se prossiga na construção de um sistema baseado em liberdade, paz, democracia e justiça social por meio de valores que reafirmem a fraternidade, a harmonia, a ética solidária e sustentada na ideia de vida.

Milton Santos, na sua análise da globalização, finalizou otimista. Ele afirmou que a palavra, a produção dessas meias-verdades, desses mitos, não impedem que, nessa realidade, nascesse, crescesse e se desenvolvesse uma sociodiversidade devido à mistura de povos, raças, culturas, gostos, pessoas e filosofias, de todos os continentes, que criaria e possibilitaria o surgimento de um novo discurso, de uma nova realidade, a construção de outro mundo possível. Faz-se necessário começar a construir o mundo para melhor servir e atender à população e não para atender às instituições financeiras internacionais e aos interesses dos negócios globais. Dierkxsen também afirma que a crise abre oportunidades para a construção de novos caminhos na linha que assegurem a paz, a democracia, a liberdade, a justiça, a dignidade humana, o progresso e a segurança no convívio dos seres humanos e em harmonia com planeta o Terra.

Será possível isso no capitalismo? Tenho muitas dúvidas●

Referências

- BEINSTEIN, J. O declínio do capitalismo e o fim do crescimento global. *Carta Maior*, 23 abr. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17718>. Acesso em: 23 abr. 2011.
- CARCANHOLO, R. *A atual crise capitalista*. 03 fev. 2011. [online]. Disponível em: <<http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/a-atual-crise-capitalista/?lang=pt-br>>. Acesso em: 03 mar. 2011.
- CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. Capitalismo especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Texto de Discussão*, Teresina, n. 2, 2002.
- CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. de S. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.
- DIERCKXSENS, W. et al. *Século XXI: crise de uma civilização. Fim da história ou começo de uma nova história?* Goiânia: Cepec, 2010.
- HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HUDSON, M.; SOMMERS, J. A morte da Europa social. *Carta Maior*, 15 fev. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17443>. Acesso em: 20 fev. 2011.
- KOUKI, H. A geração condenada da Grécia. *Carta Maior*, 16 maio 2011. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17801>. Acesso em: 17 maio 2011.
- LIMA FILHO, D. L. *Dimensões e limites da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MARX, Karl. *O dezoito brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- PETRELLA, R. As novas tábuas da lei de Deus. In: MALLAGUTTI, M. L.; CARCANHOLO, M. D.; CARCANHOLO, R. A. (Org.). *A quem pertence o amanhã?* Ensaio sobre o neoliberalismo. São Paulo: Loyola, 1997. p.17-21.
- SANTOS, B. S. A história da austeridade. *Carta Maior*, 15 nov. 2010. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17188>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- SANTOS, B. S. Boaventura de Sousa Santos: para Portugal sair da crise. *Carta Maior*, 08 abr. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17667>. Acesso em: 09 abr. 2011.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TOUSSAINT, E. A crise irlandesa e o fracasso do neoliberalismo. *Carta Maior*, 08 jan. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17291>. Acesso em: 10 jan. 2011.

*** Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), economista, mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).**